

INSTRUÇÕES ADMINISTRATIVAS

OFÍCIO CIRCULADO N.º 40117, DE 23 DE DEZEMBRO, DO GABINETE DA SUBDIRETORA-GERAL DA ÁREA DOS IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO

O Ofício Circulado n.º 40117, de 23 de dezembro, esclareceu o cumprimento da obrigação declarativa prevista no artigo 49º do Código do Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis por entidades e profissionais titulares de documentos particulares autenticados eletronicamente depositados, [↗](#).

OFÍCIO CIRCULADO N.º 30217, DE 23 DE DEZEMBRO, DA ÁREA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA – IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO

O Ofício Circulado n.º 30217, de 23 de dezembro, esclareceu o mecanismo de autoliquidação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) relativamente a certas transmissões de bens de produção silvícola estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 165/2019, de 30 de outubro, que alterou o Código do IVA [↗](#).

DESPACHO N.º 66/2019-XXII, DE 13 DE DEZEMBRO, DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS

O Despacho n.º 66/2019-XXII, de 13 de dezembro, determinou que a estrutura do ficheiro através do qual deve ser efetuada a comunicação dos inventários, aprovada pela Portaria n.º 126/2019, de 2 de maio, entre em vigor para as comunicações de inventários relativas a 2020, a efetuar até 31 de janeiro de 2021 e que a comunicação de inventários a que se refere o artigo 3º-A do Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto, mantenha a estrutura atualmente em vigor para as comunicações de inventários relativas a 2019, a efetuar até 31 de janeiro de 2020 para os sujeitos passivos que se encontram obrigados nos termos da atual redação do referido artigo [↗](#).

OFÍCIO CIRCULADO N.º 20215, DE 3 DE DEZEMBRO, DO GABINETE DA SUBDIRETORA-GERAL DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Ofício Circulado n.º 20215, de 3 de dezembro, informou sobre o decidido pelo Despacho n.º 9/2019-XXII, de 6 de novembro, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, relativamente à comprovação de deficiência fiscalmente relevante prevista no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 291/2009, de 12 de outubro [↗](#).

LEGISLAÇÃO

PORTARIA N.º 409/2019, DE 27 DE DEZEMBRO, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

A Portaria n.º 409/2019, de 27 de dezembro, procedeu à fixação do valor do fator de correção do Indexante Contributivo previsto no artigo 79º-A do Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores [↗](#).

RESOLUÇÃO N.º 201/2019, DE 27 DE DEZEMBRO, DO CONSELHO DE MINISTROS

A Resolução n.º 201/2019, de 27 de dezembro, aprovou as minutas dos contratos fiscais de investimento e do aditamento a contrato fiscal de investimento a celebrar entre o Estado Português e diversas sociedades comerciais [↗](#).

PROPOSTA DE LEI N.º 5/XIV DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

A Proposta de Lei n.º 5/XIV propõe o orçamento do Estado para o ano de 2020 [↗](#).

PORTARIA N.º 406/2019, DE 20 DE DEZEMBRO, DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

A Portaria n.º 406/2019, de 20 de dezembro, aprovou o modelo da participação de rendas previsto no n.º 3 do artigo 15º-N do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual, e as correspondentes instruções de preenchimento [↗](#).

DECRETO-LEI N.º 174/2019, DE 13 DE DEZEMBRO, DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O Decreto-Lei n.º 174/2019, de 13 de dezembro, procedeu à criação de júzos de competência especializada, nos termos do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais [↗](#).

DIRETIVA (UE) 2019/1937, DE 23 DE OUTUBRO, DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

A Diretiva (UE) 2019/1937, de 23 de outubro, estabeleceu o regime aplicável à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União Europeia [↗](#).

JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃO N.º 577/2019, DE 4 DE DEZEMBRO, DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

O Acórdão n.º 577/2019, de 4 de dezembro, não julgou inconstitucional a norma do n.º 2 do artigo 25º do Regime Jurídico da Arbitragem em Matéria Tributária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2011, de 20 de janeiro, segundo a qual não é admissível o recurso para o Supremo Tribunal Administrativo de decisão proferida por tribunal arbitral em matéria tributária sobre o mérito da pretensão deduzida que ponha termo ao processo quando a mesma esteja em oposição, quanto à mesma questão fundamental de direito, com a decisão proferida por outro tribunal arbitral em matéria tributária [↗](#).

NOTÍCIAS

INFORMAÇÃO 2019/C 416/02, DE 11 DE DEZEMBRO, DAS INSTITUIÇÕES, ÓRGÃOS E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

A Informação 2019/C 416/02, de 11 de dezembro, publicada no jornal oficial da União Europeia, divulgou o novo anexo II das conclusões do Conselho da União Europeia (UE), de 12 de março de 2019 (e posteriores alterações), sobre a lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais [↗](#).

ALTERAÇÃO DA CONVENÇÃO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO CELEBRADA ENTRE PORTUGAL E A SUÉCIA

O Protocolo Adicional que alterou a Convenção para evitar a Dupla Tributação, celebrada entre Portugal e a Suécia, está disponível no website do Parlamento da Suécia, em versão de língua sueca e inglesa. O Protocolo Adicional foi aprovado pelo Parlamento da Suécia em 13 de novembro de 2019 [↗](#).